

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.657 - SP (2019/0334603-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **ELIANA ASSAF DA FONSECA**
ADVOGADOS : **GUILHERME MIGUEL GANTUS - SP153970**
: **RODRIGO SILVA ALMEIDA - SP269737**
RECORRIDO : **LILIA REGINA FRANKENTHAL GIGLIO FRANCO DE ALMEIDA**
ADVOGADO : **CYLL FARNEY FERNANDES CARELLI - SP179432**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. SUSPENSÃO DE CNH E PASSAPORTE E BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO. NÃO CABIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Eliana Assaf da Fonseca, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Trigésima Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 948):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação prestação de contas - Cumprimento de sentença - Suspensão de carteira nacional de habilitação (CNH) e bloqueio dos cartões de crédito - Efetividade do processo - Necessidade de pertinência lógica - Meio inadequado para atingir o fim objetivado - Descabimento - Impossibilidade de extrapolar o caráter patrimonial da demanda - Medida desproporcional que atinge a pessoa do devedor, não seu patrimônio - Decisão mantida. Agravo não provido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a insurgente indica divergência jurisprudencial e afronta aos arts. 4º, 139, IV, 297, 489, II e III, e 1.022, I e II, do CPC/2015.

Sustenta a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Defende a possibilidade de suspensão e apreensão da Carteira Nacional de

Superior Tribunal de Justiça

Habilitação e do passaporte, bem como de bloqueio dos cartões de crédito da parte recorrida para compeli-la ao pagamento da dívida, asserindo que tais medidas não importam em violação de direitos.

Não contra-arrazoadado o feito (e-STJ, fl. 1.017), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 1.018-1.019), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

De início, tem-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional não comporta acolhida, tendo em vista que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, declinando expressamente as razões consideradas relevantes para a formação de seu convencimento.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito no caso.

No caso, a Corte *a quo* indeferiu a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e do passaporte, bem como o bloqueio dos cartões de crédito da parte recorrida, consignando os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 949):

O processo não se restringe a instrumento para a obtenção do direito ao final, preocupa-se, sim, com a efetividade e a tutela do interesse deduzido em juízo.

Nesse sentido, o sistema processual introduz à resolução da lide caminhos outros que não apenas a concessão da própria tutela deduzida, aquela específica para o cumprimento da obrigação.

Autorizado está o julgador a determinar “todas medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária” (artigo 139, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil).

Contudo, evidentemente, no exercício desse poder, o julgador deve analisar se a providência para assegurar o resultado prático equivalente ao do adimplemento é suficiente e compatível com a obrigação: se há pertinência lógica entre ela e o fim objetivado.

E, no caso concreto, a suspensão da carteira nacional de habilitação (CNH), do passaporte e bloqueio dos cartões de crédito da agravada, além de não guardar qualquer relação com a pretensão da agravante, não possibilita a imediata satisfação do crédito, tampouco se mostra

Superior Tribunal de Justiça

meio coercitivo razoável para obtenção dessa satisfação.

A limitação a direito fundamental é providência onerosa ao executado, desproporcional, especialmente porque atinge a pessoa do devedor, e não seu patrimônio.

Assim, verifica-se que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, apenas decidindo de forma contrária à pretensão da recorrente. Não há, portanto, omissão ou contradição ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Ademais, para reverter a conclusão do Tribunal de origem de que as medidas requeridas, além de serem desproporcionais, não são capazes de garantir a satisfação imediata do crédito, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, impedindo o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator